

Provenientes de diferentes áreas do conhecimento, diversos investigadores acabam de constituir o Gabinete de Filosofia do Conhecimento. Apenas mais uma experiência? Ou a experiência (necessária) de uma reflexão interdisciplinar?

Iniciativa

Gabinete de Filosofia do Conhecimento: uma experiência crucial

Jorge Pires

Fernando Gil, José Gil, Luís Moniz Pereira, Manuel Villaverde Cabral, Diogo Pires Aurélio, Manuel Canijo, Miguel Esteves Cardoso, José Mariano Gago, Manuel Costa Leite, António Marques, Fernando Medeiros, Horácio Menano e Manuel Silvério Marques são os investigadores nacionais, oriundos dos mais diversos campos de reflexão filosófica e científica, que integram o núcleo inicial do Gabinete de Filosofia do Conhecimento, uma instituição privada de investigação que conta ainda com Giulio Giorello (Universidade de Milão, Epistemologia) e Jean Petitot (EHESS, Paris, Matemática e Semiótica).

Num momento em que se sabe existirem já acordos firmados entre o GFC e o Collège International de Philosophie, a École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e o Centre Alexandre Koyré (História das Ciências) e em que se anuncia para Dezembro a realização de um colóquio internacional sobre «Controvérsias Científicas e Filosóficas» na Universidade de Évora, organizado pelo mesmo Gabinete, procurámos, em conversa com três dos seus elementos (Fernando Gil, presidente; Luís Moniz Pereira, vogal; Manuel Villaverde Cabral, presidente da Assembleia Geral), saber algo mais sobre o que é o GFC e quais os seus objectivos. Resultou o que se segue.

JL — Gostaria de saber, em primeiro lugar, como encaram a situação da investigação filosófica em Portugal e as perspectivas que a ela se abrem.

Fernando Gil — Não nos compete falar da situação geral da filosofia em Portugal. Posso dizer-lhe o que nos move a nós e que é procurar confrontações precisas entre as ciências e a filosofia. Somos um grupo de cientistas interessados nos problemas filosóficos que a sua própria prática suscita; e alguns filósofos que procuram conteúdos técnicos, bem determinados, para a Filosofia do Conhecimento, fugindo assim a uma «epistemologia» que ignora o seu próprio objecto — a ciência, isto é, a epistemê. Há pois pessoas e há problemas, só nos restando esperar que haja também recursos. Quanto ao mais, a Filosofia do Conhecimento só pode beneficiar do interesse geral pela Filosofia que se manifesta actualmente entre nós. Depende dos filósofos de todas as fés fazer com que esse interesse perdure.

JL — Isso significa que o GFC representa uma linha pragmática no campo filosófico? Há um apego a problemas particulares e bastante localizados ou, pelo contrário, parte-se de problemas gerais, teóricos, e procura-se a sua resolução a nível técnico-prático?



Gabinete de Filosofia do Conhecimento. Um grupo de cientistas interessados nos problemas filosóficos que a sua própria prática suscita

Luís Moniz Pereira — Penso que somos pragmáticos porque somos homens de acção, mas as nossas preocupações não se esgotam no pragmatismo, procuramos ir além dele. O que nos move em primeiro lugar é a Filosofia do Conhecimento e o que ela tem de interdisciplinar, de supradisciplinar. Respondendo também à primeira questão, penso que há mais filosofia em Portugal do que aquela que se nota. O biólogo, o físico, o matemático, na medida em que são agentes do conhecimento e lidam com ele, fazem filosofia do conhecimento descoberta ou encoberta, explícita ou implícita. Outra das coisas que nos move é explicitar o que cada um de nós faz dentro desse campo para benefício mútuo e para benefício da própria Filosofia. Acreditamos que a experiência do Gabinete é crucial, no sentido de que ou ela é possível e mostra a sua exequibilidade, e os resultados serão importantes; ou ela é impossível e os resultados serão igualmente importantes, mas de uma forma negativa. Para além da importância para a Filosofia do Conhecimento, fariamos a demonstração da possibilidade de um grupo de cientistas e de investigadores se constituírem sob a forma de uma associação autónoma, afastando-se dos enquadramentos institucionais clássicos, mas sem com isso querer inviabilizar — antes pelo contrário promovendo —, o diálogo com esses enquadramentos.

Uma grande abertura

JL — Até que ponto é que o GFC goza de apoio a nível institucional?

M. Villaverde Cabral — Antes de responder à questão aprez-me particularmente fazer minhas as palavras do prof. Moniz Pereira, no sentido em que, vindos cada um de nós de horizontes tão distantes, há como uma perfeita identificação no movimento que a cada um de nós anima e nos fez encontrar. Por parte das ciências sociais, como nas ciências exactas, formalizadas, há uma filosofia do conhecimento que é feita quotidianamente. Uma vez ela é explicitada, outras vezes não o é de todo e, talvez até na maior parte dos casos, é semiexplícita e fica a meio caminho. É essa necessidade de explicitação que deu azo ao nosso encontro. Pessoalmente, penso que as ciências sociais carecem particularmente de um esforço a esse nível. É, de facto, cada vez mais exigível que o cientista social se debruce sobre os pressupostos que presidem ao seu trabalho disciplinar, a fim de promover a saída de alguns dos impasses em que as ciências sociais se encontram. A possibilidade que este trabalho interdisciplinar nos está dando é a de construirmos objectos, problemáticas, que são transdisciplinares desde o início e que não são a simples comparação ou migração de conceitos e analogias de uma ciência para outra.

A respeito dos apoios ao Gabinete, creio que, quer a nível público que a nível privado, temos encontrado uma abertura muito grande. Mais de uma pessoa colocada em posições importantes nas instituições tem-se dado conta, espero eu, do que dizia o prof. Moniz Pereira quando acenava para o carácter crucial da experiência. Temos que ser pacientes, mas simultaneamente persistentes e, quando for possível desfazer esta circularidade de só apoiar quem já foi apoiado, será possível então criar uma dinâmica francamente positiva. Instituições como o INIC e a JNICT sabem da nossa existência e julgo que viremos a obter apoios para as coisas que pretendemos fazer.

JL — Será então dessas instituições que virá a garantia para o financiamento dos projectos de investigação do GFC?

F.G. — Como em toda a parte. São agências cuja vocação é financiar projectos de investigação. Não estamos numa posição diferente de qualquer outro centro de investigação.

JL — Mas é voz corrente que existem bastantes dificuldades financeiras entre os organismos estatais ligados à cultura. O INIC, por exemplo, não dispunha de verba suficiente para responder às necessidades...

M.V.C. — A questão é esta: os recursos, quer no domínio da investigação científica quer no domínio cultural, são por definição escassos. Por consequência, o problema é o da definição das prioridades. Há um processo de selecção das prioridades ao qual nos candidáramos juntamente com outras instituições, outros investigadores, com a nossa proposta que nos parece suficientemente idónea e viável para merecer ser seleccionada, entre outras.

L.M.P. — Nós temos um capital intelectual, se assim se pode chamar, que merece uma contrapartida de financiamento. Primeiro, porque as pessoas que constituem o GFC não são amadores nem carolas. Segundo, porque o facto de nos termos reunidos tem em si um enorme valor, pois potencia a capacidade de reproduzir o esforço investido. E até porque, provavelmente, a acção do Gabinete extravasará para fora dele.

«A mãe de todas as ciências

JL — Qual o significado dessa transdisciplinaridade do ponto de vista filosófico? Será que isso implica o retorno da Filosofia ao seu estatuto de mãe de todas as ciências, numa época em que aparentemente se assiste a uma especialização progressiva no campo científico?

F.G. — Acho que entramos num tema de

Ideias

Uma instituição inédita

conversa muito interessante. Este Gabinete é uma instituição mais ou menos inédita e não só entre nós. Não sei de muitas instituições deste tipo nos contextos que me é dado conhecer. Não é uma instituição interdisciplinar apenas no sentido em que os seus projectos apelam à colaboração de disciplinas diferentes. O que é interessante na nossa associação é procurarmos ser um «clube», um lugar de encontro, cujo objectivo primeiro é uma interrogação permanente sobre os modelos de inteligibilidade, sobre as condições de formação das hipóteses, sobre as implicações das metodologias, sobre as formas da argumentação e da prova, sobre os termos da aceitação e da recepção das hipóteses e das teorias, numa palavra, uma interrogação sobre o sentido da explicação. Mas — e é aí que reside o carácter inédito — nós fazemo-lo a partir dos problemas que cada um dos projectos encontra tematicamente nos seus objectos próprios, procurando-se que as questões sejam tratadas finalmente, tecnicamente, e não «molarmente». Por exemplo, a racionalidade está no cerne de vários dos nossos projectos. Ora, no horizonte filosófico habitual, isso significaria apenas a referência a quatro ou cinco nomes, a quatro ou cinco ideias-força. Nos nossos projectos de investigação, pelo contrário, o problema da racionalidade traduz-se em questões bem determinadas que serão abordadas por metodologias específicas: por exemplo, os modelos do «Estado — providência» ou a racionalidade administrativa; os modelos de disputa racional; as modalidades da prova; a representação científica do corpo e as concepções populares; a formalização e os seus limites; estraté-



Luís Moniz Pereira: «As nossas preocupações não se esgotam no pragmatismo»

gias de solução de problemas, etc.

M.V.C. — Em relação ao problema dos caminhos que se afastariam cada vez mais entre a reflexão filosófica, por um lado, e a crescente divisão do trabalho científico, por outro, quero crer que é hoje uma falsa questão. O aprofundamento da divisão do trabalho científico tem exigido novas reformulações de natureza filosófica. Suponho que hoje nenhum filósofo se candidata a totalizador das especializações, mas cada nova modalidade, cada aprofundamento da especialização, implica patamares de reflexão filosófica diferente. Esta reflexão, como deduzo do trabalho do F. Gil, não parece desligar-se, contudo, da história do pensamento filosófico.

L.M.P. — Eu ia até no sentido contrário, acho que a maior especialização cria maior comunicação. Por exemplo, a maior especialização em Inteligência Artificial, ao querer comunicar em português com o computador, obriga-me a ir estudar linguística; a clareza do raciocínio obriga-me a ir estudar lógica. Isso só foi possível pelos avanços da minha própria disciplina, das técnicas que me permitiram ir mais além nas minhas ambições e nas de quem fez investigação neste domínio.

F.G. — O que é importante, hoje, é que a ciência tem de se pensar a ela própria filosoficamente. Este é o problema. Hoje, as ciências



Fernando Gil: «Há pessoas e há problemas, só nos restando esperar que haja também recursos»

dependem mais e mais de reflexão. E são os cientistas que têm de a fazer em primeiro lugar. Muitos dos melhores filósofos hoje em dia são cientistas, são pessoas como Mandelbrot, Eigen, Thom...

JL — Rompe-se então a tradicional desconfiança em relação à Filosofia, no campo científico...

F.G. — Sim, penso que hoje em dia já estamos a sair daquela situação em que os cientistas se glorificavam em desconhecer completamente a filosofia.

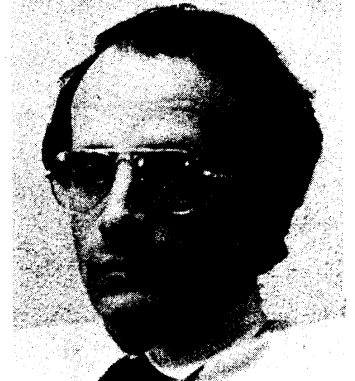
Contactos

JL — O GFC está em contacto com outros organismos semelhantes, a nível internacional?

M.V.C. — Na própria constituição do Gabinete está implícita uma marca de relações internacionais que corresponde a uma verdadeira rede, sem a qual aliás a reflexão científica e filosófica não funcionaria. Essa rede é garantida pela própria situação e pelas próprias relações que cada um, individualmente, traz ao Gabinete.

L.M.P. — Gostaríamos de fazer de Lisboa, através da nossa actividade, um «nó na rede».

M.V.C. — Uma noção que se tem de rejeitar é a de uma ciência e de uma filosofia «portuguesas», sobretudo se isto quiser significar



Manuel Villaverde Cabral: «É cada vez mais exigível que o cientista social se debruce sobre os pressupostos que presidem ao seu trabalho disciplinar»

uma espécie de «pedido de desculpas». Nestes domínios há só um padrão e ele é, necessariamente internacional.

JL — Qual a sedimentação dos futuros resultados dos projectos de investigação? O GFC encara a constituição de um núcleo editorial? Há publicações periódicas em vista?

M.V.C. — A parte editorial é das mais custosas financeiramente. Mas o conhecimento é para se transmitir. Nós prevemos nos estatutos do GFC todas as modalidades «standard» de comunicação dos resultados parciais e finais da investigação, desde os encontros e colóquios até à actividade editorial.

F.G. — Aliás, o nosso primeiro colóquio internacional realizar-se-á já este ano em colaboração com a Universidade de Évora. Tratar-se-á de um encontro interdisciplinar consagrado às controvérsias científicas e filosóficas, e no qual participação, além de cientistas e filósofos, também juristas, lógicos, sociólogos, etc.

L.M.P. — E esperamos também que os meios de comunicação social valorizem suficientemente a produção do conhecimento para nos dar um espaço, mesmo que especializado. Não vemos, por exemplo, porque a nossa Televisão não deva ter um espaço em que a abordagem de tópicos especializados tenha o seu lugar.